

# ALTERNATIVAS AFRICANAS AO DESENVOLVIMENTO E AO IMPACTO DA GLOBALIZAÇÃO – NOTAS CRÍTICAS SOLTAS<sup>1</sup>

Carlos Nuno Castel-Branco

## QUESTIONANDO CONCEITOS

### UMA ÁFRICA

Na literatura e debates sobre o nosso continente, África e as sociedades africanas ainda são muito frequentemente tratadas como regiões homogêneas com características comuns: pobres, rurais, dualistas, com abundância de força de trabalho desqualificada e barata e de terra com condições agrícolas, em transição permanente entre modos de produção, dominadas por estados patriarcais, etc. As abordagens neoliberais, nas últimas décadas, diferenciam entre países com e sem sucesso na prossecução de reformas económicas e políticas de índole monetarista e neoliberal. Outras abordagens diferenciam por regiões agro-ecológicas, por característica demográfico-económica, por sub-região ou por razão de um colonialismo comum a que geralmente corresponde uma língua oficial comum (daí supor-se existir África anglófona, África francófona e África lusófona). O que é que estas caracterizações nos dizem sobre as dinâmicas de acumulação económica e reprodução social no Continente e, por consequência, sobre opções e desafios de desenvolvimento hoje? Nada.

Pior ainda, é que este conceito de *uma* África (ou Áfricas diferenciadas por características físicas ou pelo nome do colonizador) é sublimemente utilizado na esgrima política africana. Conceitos como “genuinamente africano”, “empoderamento (*empowerment*) africano”, “renascimento africano”, “cultura africana” fazem parte da retórica ideológica do programa *Nova Parceria para o Desenvolvimento de África* (NEPAD) e do nacionalismo das classes dominantes, tal como outrora fizeram parte da manipulação ideológica de regimes totalitários, reaccionários e corruptos, como o de Mobutu, no ex-Zaire. Por detrás do *genuinamente africano* escondem-se, com frequência, as ambições das classes dominantes e a sua luta pela construção cultural e nacionalista de uma legitimidade que política e economicamente não têm.

<sup>1</sup> Este texto é o desenvolvimento da apresentação feita na mesa-redonda “Alternativas Africanas ao Desenvolvimento e ao Impacto da Globalização”, que teve lugar durante o 1.º Encontro Académico Espanha-Moçambique sob o lema “Estudos Africanos: Perspectivas Actuais”, a 14–15 de Novembro de 2007, organizado pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo.

*Uma África* serve tanto para impor modelos ignorantes e irresponsáveis de “pacificação”, “estabilização”, “democratização”, “globalização” e “desenvolvimento” vindos do exterior, como para procurar legitimar o poder desacreditado e debilitado das burguesias nacionais, frequentemente encostadas aos ombros do grande capital internacional ao qual se dizem constituir a alternativa genuína e, claro, Africana.

Se o conceito *uma África* é questionável, também a procura de *uma* alternativa africana o é. Estamos à procura de uma *alternativa para quem, onde e em que contexto histórico e social* em África?

## DESENVOLVIMENTO

Outro conceito importante neste debate é “desenvolvimento”. Existem uma série de preconceitos acerca da questão de “desenvolvimento”. Um deles é que desenvolvimento é um processo cumulativo – mais estradas, ou indústrias, ou escolas, ou centros de saúde, ou consumo, ou oferta, ou exportações, ou importações, ou tamanho da economia, ou número de partidos e de eleições, dependendo daquilo a que cada modelo específico presta mais atenção. Num certo sentido, todos os países e economias estão no trilho de desenvolvimento; a questão é como acelerar o percurso desse trilho – isto é, como ter mais daquilo que se considera importante para o desenvolvimento.

Outro dos preconceitos comuns resulta do pressuposto de que as economias mais poderosas e ricas são desenvolvidas por causa de políticas, instituições e outros factores que podem ser replicados. Logo, desenvolvimento consiste em fazer o que essas economias fizeram e fazem e seguir os seus trilhos – por exemplo, “construir instituições de desenvolvimento”, frase que é tão comumente utilizada hoje nas discussões sobre desenvolvimento.

O terceiro preconceito, ligado com os dois anteriores, assume que desenvolvimento é inquestionavelmente unidireccional (vai sempre para frente e para melhor), observável e mensurável – quer dizer, existe um nível a que se chama desenvolvido (por exemplo, dado pelos padrões de consumo dos Estados Unidos da América ou da Europa) e uma série de outros níveis, abaixo desses, que estão em desenvolvimento. Quanto mais abaixo, menos desenvolvido se é. Conceptualmente, podemos considerar uma escada que liga o ponto mais baixo (o menos desenvolvido) ao mais alto (o mais desenvolvido), e desenvolvimento é o processo de perceber para que serve tal escada e subi-la a uma velocidade significativamente mais rápida do que a que os que estão no topo continuam a progredir (deste modo, algures no futuro, os mais atrasados e os mais avançados de hoje convergirão para o mesmo degrau da escada).

Há, claro, outras perspectivas sobre o tema “desenvolvimento” muito mais complexas e que envolvem um leque muito mais vasto de factores, desde “liberdade política” a “bem-estar económico”, desde “política económica e social” à “participação comunitária”.

Há três aspectos comuns a todas estas abordagens. Primeiro, “desenvolvimento”, independentemente de como é definido, é entendido como um passo em frente para um

estágio mais positivo do que o anterior. Segundo, “desenvolvimento” é sempre positivo para todos. Terceiro, e tautologicamente, desenvolvimento só é aceite como tal se for positivo, para a frente e benéfico para todos.

Daqui segue que o processo de desenvolvimento se transforma num exercício de procurar e identificar o que está em falta – mais ou menos mercados? Mais ou menos Estado? Mais ou menos investimento directo estrangeiro? Mais ou menos globalização? Mais ou menos eleições? Mais ou menos descentralização? Mais ou menos escolas, centros de saúde, estradas, poços de água, etc.? – e garantir que esses insumos e peças em falta sejam colocados nos devidos lugares, para que a máquina do desenvolvimento funcione bem.

Portanto, a discussão sobre opções e direcções de desenvolvimento deixa de se preocupar com o entender das dinâmicas, tendências e padrões existentes, as suas motivações e implicações, para se tornar num exercício normativo de identificar o que “é bom” ou “é mau” para atingir essa terra prometida a que se chama mundo desenvolvido.

Noutras palavras, apesar de ser um conceito ligado com *transformação/mudança* social, económica e política, desenvolvimento, como foi descrito anteriormente, não tem carácter social ou histórico, nem tão pouco é um campo de conflito e contestação social. No entanto, os conflitos sobre o tema “desenvolvimento” são óbvios e inevitáveis.

Uma das áreas de conflito é relacionada com abordagens. Além dos diferentes preconceitos e perspectivas atrás mencionados, há conflitos de abordagens mais complexos, como, por exemplo, o conflito sobre se o enfoque da análise, medição e política de desenvolvimento deve incidir sobre indicadores monetários (preços macroeconómicos, níveis e variação da inflação, etc.) analisados independentemente da economia real (padrões de crescimento, investimento e emprego); ou sobre indicadores da economia real em relação uns com os outros e com a base social da economia (formas sociais de organização e interacção na produção, comércio e distribuição). As análises da economia de Moçambique são um bom exemplo deste problema. Do ponto de vista monetarista e neoliberal, foi possível falar de grandes progressos relacionados com a estabilidade macroeconómica, a liberalização dos mercados, a privatização e o investimento directo estrangeiro (embora seja questionável se mesmo estes indicadores, e nos termos neoliberais, de facto, indicam desenvolvimento, uma vez que são tão exageradamente dependentes de recurso externos, sobretudo de ajuda internacional e dos influxos de capitais privados). De pontos de vista heterodoxos, são evidentes as grandes preocupações e inquietações criadas por padrões de crescimento e investimento determinados por fluxos de ajuda externa (utilizada para financiar consumo social) e investimento directo estrangeiro (concentrado num pequeno leque de megaprojectos relacionados com o complexo mineral e energético), e o impacto de tais padrões quer na formação de uma base muito limitada e vulnerável de progresso, quer no aprofundamento da dependência externa. Qual destas visões de Moçambique é a mais correcta?

A outra área de conflito é relacionada com contestação social sobre as opções e direcções de desenvolvimento. Voltando a Moçambique, não há dúvida de que nas últimas duas décadas se desenvolveu uma pequena burguesia nacional consumista e urbana, assim como os respectivos padrões de consumo e desenvolvimento: facilidades de educação e saúde privadas, multiplicação e variedade de viaturas privadas e postos de combustível, concentração da actividade e da diversidade de serviços bancários, comerciais, de comunicações e outros nas principais zonas urbanas, acesso privado aos recursos públicos e sociais (como a terra e recursos minerais), expansão da propriedade privada de meios de produção (ainda que raramente produtivos e utilizados de forma eficiente e eficaz do ponto de vista económico), etc. Entretanto, o que é que aconteceu com o serviço nacional de saúde e com o sistema público de educação? Como é que a utilização da terra e recursos minerais, propriedades do Estado e, portanto, do povo, são usados para o reforço da capacidade financeiro e institucional do Estado e, por essa via, promoverem uma base ampla de desenvolvimento? Quanto é que o re-desenvolvimento da indústria do caju custa do ponto de vista da saúde dos trabalhadores? Ou quanto é que custa, do ponto de vista ambiental e de opções de desenvolvimento, a alocação crescente de recursos públicos (como a terra, recursos minerais e hídricos) a grandes empreendimentos multinacionais que pouco contribuem para as receitas do Estado e para a diversificação das capacidades e oportunidades de desenvolvimento? Quando os recursos naturais de Moçambique são usados para promover capitalistas nacionais em relação de dependência e subordinação ao capital multinacional que se torna proprietário monopolista de tais recursos, no quadro de um conceito semelhante ao *black economic empowerment* sul-africano, quem beneficia e quem perde? Será esta opção (de classe) partilhada por todos como ideologia e como benefício material? Em qualquer um destes exemplos, é possível observar que, do ponto de vista social, as opções de desenvolvimento não só diferem como podem até ser antagónicas. Mas será possível dizer que qualquer uma delas não é desenvolvimento? É, portanto, possível dizer que qualquer transformação ou mudança substancial de natureza social, económica e política que afecte os sistemas de produção, distribuição e relações sociais é desenvolvimento. Logo, desenvolvimento não é nem um caminho único e pré-definido nem o processo de alcançar um patamar pré-definido de actividade económica social. Daqui segue uma conclusão fundamental: a grande pergunta sobre desenvolvimento não é se há ou não há desenvolvimento, mas quais são os padrões existentes, o que os explica, que implicações têm e como mudá-los, e a quem servem. Se juntarmos esta conclusão com a discussão anterior sobre uma África, podemos concluir que a pergunta sobre alternativas *africanas* ao *desenvolvimento* não tem resposta geral.

## O QUE É PARTICULARMENTE AFRICANO ACERCA DE DEBATES SOBRE ALTERNATIVAS AFRICANAS?

Os pontos mencionados anteriormente podem ser ilustrados com três pequenos apontamentos. Em Fevereiro de 2003, teve lugar em Nacala, província de Nampula, a *Conferência Internacional de Investidores do Corredor de Nacala*. Dois presidentes e um vice-presidente (de Moçambique, Zâmbia e Malawi) discursaram sobre laços históricos, renascimento africano, potencial de desenvolvimento, externalidades, parcerias público-privadas, boa governação, etc. Em representação do governo sul-africano, esteve o então Ministro do Comércio e Indústria, Alex Erwin. Em pouco mais de dez minutos, explicou porque é que a República Sul-Africana (RSA) estava interessada e envolvida num corredor que dista dois mil quilómetros da fronteira sul-africana. Primeiro, a África do Sul é o centro industrial da região. Este centro está a crescer rapidamente e é competitivo em todo o mundo. O seu rápido crescimento coloca pressões sobre a disponibilidade de matérias-primas, especialmente fibras naturais e madeiras, que os países da região produzem em abundância e não processam. Logo, a África do Sul está interessada em projectos de investimento que facilitem o transporte e reduzam o custo de comercializar essas matérias-primas dos países menos desenvolvidos da região para o centro industrial sul-africano. Segundo, a África do Sul está interessada em grandes projectos de investimento em infra-estruturas na região que envolvam as grandes empresas de engenharia privada e atraiam o sector privado para o investimento e gestão de infra-estruturas. Terceiro, a África do Sul está interessada em grandes projectos de infra-estruturas que potenciem o desenvolvimento de ainda maiores (mega) projectos privados em domínios como energia e minerais. Finalmente, o ministro sul-africano mencionou que esta divisão de trabalho entre a África do Sul e os países da região é uma base de referência para melhor integração regional das economias e para garantir a partilha, por todos, dos ganhos industriais realizados na África do Sul. Em que é que esta abordagem difere, substancialmente, dos termos clássicos da divisão internacional de trabalho do colonialismo, do neocolonialismo e das abordagens neoclássicas de especialização das economias em torno das vantagens comparativas de que são dotadas “pela natureza” (por exemplo, Moçambique é “dotado” de uma costa com o Índico e de um porto de águas profundas, enquanto a África do Sul é dotada de... “competências industriais”)? *O que é que há de particularmente africano acerca desta abordagem tão explícita e claramente apresentada por Alex Erwin, em representação do governo sul-africano?*

Em Outubro de 2007, em Johannesburg, realizou-se uma conferência académica com o objectivo de lançar o processo de concepção e organização de um projecto de investigação de dimensão continental sobre o papel da África do Sul em África. Na abertura da conferência, o Professor Adebayo Olukoshi, então secretário-executivo do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA), apresentou uma contribuição

intelectual muito interessante sobre os desafios intelectuais, políticos, sociais e económicos para o estabelecimento de uma nova relação entre a África do Sul e o resto do continente. Um dos pontos marcantes da sua intervenção foi a análise do debate sobre a expansão rápida do grande capital sul-africano pelos outros países africanos, e o impacto dessa expansão nos interesses de acumulação e reprodução do capital nacional em cada um desses outros países. Entre outras, duas questões ressaltaram desta análise. Primeira, a herança histórica, a base racial e o impacto constrangedor do capital sul-africano nas opções e possibilidades de desenvolvimento em cada um dos outros países levanta uma interrogação central: até que ponto este capital sul-africano é *africano*? Se fosse africano, até que ponto se comportaria melhor? Será que a origem racial ou nacional do capital é o determinante principal do seu impacto e comportamento, ou estes dependem do enquadramento político e estratégico desse capital e das condições em que se trava a luta de classes e a luta (entre fracções do capital) pelo controlo da mais-valia? Segunda, os países africanos com burguesias nacionais mais fortes e articuladas têm resistido com mais sucesso à penetração desenfreada do grande capital sul-africano (caso do Quênia). Logo, nos países onde essa burguesia não é tão forte nem articulada, a penetração e dominação do capital sul-africano é muito mais fácil e devastadora (casos de Moçambique e Tanzânia). Deriva daqui que a capacidade de resistir à penetração de capital de natureza *imperialista* e manter abertas opções alternativas de desenvolvimento favoráveis à acumulação privada doméstica está associada com a capacidade de promover o desenvolvimento da burguesia capitalista nacional. Assim, uma alternativa *africana* ao capital *não africano* sul-africano consiste na promoção do capitalismo industrial nacional, isto é, africano, o que entra em conflito com os programas de liberalização promovidos pelo Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e comunidade internacional ocidental. Se esta alternativa “africana” entra ou não em conflito com a visão neoliberal (liberalização do comércio) da integração regional e da globalização depende de se estar a falar do forte capital nacional sul-africano ou do mais fraco de outros países vizinhos. Em que é que esta abordagem difere dos debates na América Latina e Ásia ou, mesmo, entre os pequenos países da União Europeia? O que é que estas alternativas têm de particularmente *africano*? Será que a promoção da burguesia nacional para *manter opções nacionais de desenvolvimento abertas* é consensual como estratégia de desenvolvimento em África? Será que, na perspectiva das classes trabalhadoras africanas, é melhor ser explorado pelo capital nacional do que pelo capital internacional, apenas por causa da nacionalidade desse capital, a tal ponto que os desprovidos de propriedade e vendedores de força de trabalho apoiam a estratégia nacional de promover a burguesia nacional? Ou será que o uso do conceito *capital africano* é fundamental para legitimar uma estratégia de desenvolvimento que é, obviamente, o resultado da articulação de interesses de classe que se autopromovem como representantes da vontade *africana*? *O que é que há de particularmente africano acerca deste debate?* Finalmente, o debate sobre integração regional no quadro da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e sobre a expansão do comércio à escala continental centra-se

em torno da liberalização comercial. Apoiantes e críticos esgriram modelos, pressupostos, informação e projecções, que mostram quão boa ou má a liberalização comercial pode vir a ser. No plano de longo prazo de integração regional, seguem-se outros objectivos, crescentemente mais ambiciosos: criação da zona de comércio livre, estabelecimento da união aduaneira, convergência macroeconómica e introdução da moeda comum regional (e de uma política monetária comum, que logicamente requererá um banco central da região em substituição do de cada país). *Em que é que a estrutura base deste modelo difere da do modelo da União Europeia?* Há muitos aspectos da história que são diferentes (tocaremos no assunto mais adiante), e aspectos de detalhe (como a ausência de fundos de compensação, a existência de apenas um centro económico dominador) que diferem.

Um dos detonadores essenciais do longo conflito na África Austral foi precisamente a luta sobre a natureza da relação e integração das economias e sociedades na região. A luta anti-*apartheid*, que marcou quase cinco décadas na vida desta região, foi não só, mas também acerca dos termos da integração regional – integração como parte da constelação de Estados dominados pelo grande capital monopolista e oligopolista centrado na África do Sul ou integração num processo de luta pela emancipação da região da sua dependência em relação a esse capital? Quando a Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC) foi formada, há quatro décadas, o seu motivo era a libertação da região da dependência da África do Sul. A integração emancipadora era vista como parte dessa luta de libertação. Será que o sentido dessa luta por uma integração emancipadora deixou de existir quando o governo sul-africano, com o fim do *apartheid*, deixou de ser branco e racista? Será que o empoderamento económico negro (*black economic empowerment*) através do qual elites negras têm acesso a oportunidades de acumulação de capital em aliança com o grande capital monopolista e oligopolista regional, já *africanizou* o processo de acumulação e reprodução de tal forma que tudo o que falta fazer é remover as últimas barreiras à expansão do grande capital na região? Para quem é que este plano de integração regional (zona de comércio livre → união aduaneira → união monetária) é relevante e positivo?

*O que é que é e o que é que não é particularmente africano em cada um destes exemplos e debates?*

A conclusão principal que se pode tirar desta breve discussão é que a cor e rótulo das alternativas valem muito menos do que a sua substância. Quer dizer, o que importa é quais são as alternativas e para quem servem. A sua *africanidade* depende de como é que elas se inserem no debate e conflito político, social e económico em África. Ser africano localiza, na história e geografia, mas não atribui características e qualidades específicas ao debate e conflito sobre opções e direcções de desenvolvimento. O uso do rótulo *africano* para definir alternativas serve de pouco mais do que tentar legitimar interesses e aspirações de classe, em contextos de



forte conflito sobre opções e direcções de desenvolvimento, gerando um falso imperativo de unidade nacional (contra o capital não-africano, não contra o capital) que justifique e legitime o poder económico e político de elites africanas. Além disso, como mostra a história, tais elites são tão próximas e dependentes do capital internacional ao qual se dizem opor, que só com cinismo e oportunismo é que podem ter a coragem de rotular os seus pacotes de “alternativas” de desenvolvimento como *genuinamente africanos*.

## ALGUNS GRANDES DESAFIOS ACTUAIS PARA O DESENVOLVIMENTO EM ÁFRICA

Há uma série de grandes desafios para transformação social, política e económica no continente africano que têm de ser enfrentados.

Primeiro, é necessário passar da adopção e aplicação de “receitas” de desenvolvimento político, social e económico, frequentemente até irrelevantes para as questões de desenvolvimento que dizem tratar, para uma abordagem de economia política do desenvolvimento enraizada na análise das condições históricas, sociais, políticas e económicas concretas do continente, de cada país e do ambiente internacional de que fazemos parte. Tal como em qualquer outro momento histórico e local geográfico, também em África, agora, não há soluções para todos os problemas nas perspectivas de todos os grupos sociais. “Receitas” de política são, de toda a maneira, sempre específicas do ponto de vista histórico e social. Isto quer dizer que o que se aplica a um país não se aplica necessariamente a outro, nem tão pouco ao mesmo em condições históricas diferentes ou a classes sociais diferentes. Mas também, e sobretudo, as questões, prioridades e abordagens não são as mesmas para todos os grupos, interligações, dinâmicas e conflitos sociais.

Tomemos, por exemplo, a questão da dependência da ajuda externa – como é que economias africanas produtoras de recursos minerais que criam fortunas para empresas multinacionais e classes capitalistas domésticas são, simultaneamente, dependentes de ajuda externa? Tomemos o caso de Moçambique. Se os três megaprojectos mais antigos (Mozal, Sazol e areias pesadas) pagarem em impostos sobre rendimentos de capital o mesmo que outras empresas, as receitas fiscais de Moçambique mais do que duplicarão, e a estrutura fiscal alterar-se-á, aumentando o peso de impostos directos sobre os lucros e acentuando-se o carácter redistributivo e socialmente mais justo da política fiscal. Se a isto juntarmos as receitas potenciais das participações do Estado na Hidroeléctrica de Cahora Bassa, a operação do Governo de Moçambique pode ficar praticamente independente da ajuda internacional. No entanto, Moçambique tem um dos governos mais profundamente dependentes da ajuda externa, e mais de três quartos do investimento privado é estrangeiro.

Em que medida é que as soluções fiscais para o grande capital internacional e seus parceiros nacionais contribuem para a redução da soberania política e económica do País por via da sua



dependência externa? Até que ponto estará a ajuda internacional a subsidiar os rendimentos e a exportação de capital de grandes empresas internacionais dando ao Governo de Moçambique a opção de usar incentivos fiscais de forma massiva e indiscriminada porque os doadores financiam a despesa pública essencial? Até que ponto é que este processo restringe as opções sociais e regionais de desenvolvimento do País e constrói uma base limitada e vulnerável de desenvolvimento económico e social? Por outras palavras, até que ponto é que a dependência externa não é uma construção social para favorecer a acumulação e reprodução de capital de grandes empresas multinacionais e seus parceiros domésticos, com base num padrão económico que garante acesso a recursos públicos com baixos, por vezes negativos, retornos sociais? Até que ponto é que o Governo de Moçambique tem o direito de dispor livremente, e com muito baixos retornos fiscais e sociais, de recursos públicos, isto é, do povo, como a terra, recursos minerais e hídricos, para benefício de empresas multinacionais e seus parceiros domésticos e em prejuízo da criação da base fiscal para um projecto de desenvolvimento de base social e regional ampla? E o que é que os cidadãos do País fazem para articular os seus interesses e garantir que a sua voz seja sentida nas decisões sobre a gestão de tais recursos, que são sua propriedade por direito consagrado na *Constituição da República*? Qual é a “receita” para resolver este problema e em que sentido é que ela é, ou pode ser, independente da organização, mobilização, informação, activismo e articulação dos grupos, interesses e lutas sociais em cada sociedade específica?

Segundo, a nova corrida a (*scramble for*) África mobiliza apaixonados debates e aspirações, particularmente por parte de forças dos capitais nacionais que já se posicionam para beneficiar dos influxos de capital que estão a ocorrer. O que é que representam, como se comparam e em que diferem as ofensivas económicas da República Popular da China, do Brasil e da Índia em África? O que é que as motiva e como é que as estratégias desses capitais se relacionam com as dos EUA e da Europa em relação ao continente africano? Como é que as ofensivas da China, Brasil e Índia se comparam com, e diferem das corridas a África do passado, nomeadamente da fase da colonização económica activa (pós-conferência de Berlim) e da fase da guerra fria? Será que o que África necessita é “mais globalização”, “mais investimento e investidores” e “mais garimpeiros” das nossas forças produtivas e recursos? Como é que esta nova corrida a África afecta as direcções da integração e negociações regionais e internacionais em que os países africanos se envolvem? Quais são as experiências das anteriores “corridas a África” e que lições podemos delas tirar para definir o posicionamento estratégico do continente face a essa ofensiva do capital internacional? Sobretudo, como se pode evitar a fragmentação do continente causada pela competição entre as economias mais fracas por capitais externos promovida por via de incentivos fiscais, liberalização de mercados de bens, factores e de trabalho e outras medidas que substancialmente reduzem os retornos sociais do investimento privado?

Terceiro, em relação com a nova corrida a África, surge o problema da integração sub-regional, formal e real, e a luta pelas hegemonias sub-regionais (como é o caso, por exemplo, das pretensões hegemónicas da África do Sul na África Austral e em todo o continente). Como é que os processos de integração podem ser emancipadores e estruturantes de novos caminhos e opções de desenvolvimento não dominados pelo grande capital? Como pode a integração regional potenciar oportunidades de desenvolvimento que não sejam subordinadas aos percursos e padrões históricos herdados do colonialismo? Podem as hegemonias sub-regionais servir de elo forte deste percurso emancipador sem, elas próprias, se confrontarem com os limites dos seus próprios percursos e padrões de desenvolvimento e com os interesses e estratégias dos grandes capitais que as dominam?

Quarto, há factores demográficos fundamentais que têm de ser tomados em consideração nas opções de desenvolvimento para o futuro, nomeadamente resultantes (i) dos ritmos e dinâmicas de urbanização; e (ii) do impacto das grandes epidemias e endemias (como o HIV/SIDA, malária e outras) nas estruturas e dinâmicas da força de trabalho e do mercado do trabalho, nas opções tecnológicas, na organização social da produção, no ambiente de investimento e nos custos sociais e natureza dos serviços de saúde e assistência social.

Quinto, mudanças climáticas são parte essencial da problemática do desenvolvimento global e Continental. Como as suavizar, como as assumir como parte do ambiente de desenvolvimento económico e social (em vez de como desculpa para o insucesso) e como tornar as estratégias de desenvolvimento coerentes com uma visão sustentável do progresso? Tomemos como exemplo a questão da água. Um relatório recente da OCDE (*African Economic Outlook 2008*) aponta que o problema africano com a água e acesso a água potável está ligado com eficácia e eficiência, mais do que com falta de recursos. Um dos aspectos que o relatório aponta como causa da baixa eficiência e eficácia é a alta percentagem (cerca de 68%) da água que é consumida em actividade agrícola e o impacto ambiental desta estrutura de consumo (como, por exemplo, a contaminação da água com agro-químicos). Outro problema levantado é o modelo de privatização da distribuição de água que reduz o acesso público a este recurso. Ao mesmo tempo que a OECD diz isto e que as Nações Unidas estabelecem alvos para a expansão de serviços de sanidade e acesso a água potável para a população, as políticas do *Washington Consensus* (cristalizadas no Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional e no sistema financeiro internacional) exigem a privatização da distribuição de água numa óptica de recuperação de custos (ou autofinanciamento), assim como encorajam a adopção de programas de investimento agrário intensivos em consumo de água. Qual é, então, a abordagem e para quem e com o quê é que ela é coerente e consistente?

O mesmo ponto se coloca em relação à que ainda é a visão dominante do NEPAD sobre a “revolução verde”: aumentar a intensidade de uso de agro-químicos e máquinas como solução para aumentar a produtividade, os rendimentos das culturas e a produção. Quão

consistente é esta abordagem com a problemática das mudanças climáticas e demográficas e com o comportamento dos mercados mundiais dos produtos agrícolas e de produtos e derivados de petróleo? Quais são as implicações desta abordagem para os padrões e opções de acumulação e reprodução de capital e para a sustentabilidade económica e amplitude social do desenvolvimento?

Como pode África lidar com o “comércio” internacional de quotas de carbono e simultaneamente beneficiar economicamente e contribuir para um desenvolvimento mais “limpo” e sustentável? Como é que este “mercado” funciona, se é que funciona, e que vantagens reais e estratégicas haverá nele para o desenvolvimento sustentável e com ampla base social, económica e regional do continente?

Sexto, como podem os processos de desenvolvimento no continente passar do foco tradicional em produtos (biocombustíveis, café, cacau, chá, algodão, etc.), recursos naturais e serviços isolados uns dos outros para dinâmicas de criação e desenvolvimento de capacidades e actividades articuladas, inovadoras e diversificadas?

Evidentemente, há muitos outros desafios, quiçá mais importantes e fundamentais que os citados nestas notas. O mais importante, contudo, é tentar redefinir o conteúdo de alternativas africanas, mas esta tarefa não é possível sem definir a quem e para quem essas alternativas servem. Alternativas às dinâmicas actuais de desenvolvimento requerem questioná-las do ponto de vista do significado e da análise de classe (ou perspectiva social) dos problemas, prioridades, abordagens e opções. A não ser que o conceito de “alternativas africanas” fique diluído nas mistificações e manipulações da autenticidade africana, uma forma nem sequer original de legitimar o culto pelo poder do capital.